

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Da mecanização da produção à redução da jornada de trabalho: itinerário crítico do pensamento social voltado ao trabalho

Kleber Garcia Teixeira¹

Introdução

Se o processo de mecanização da produção pudesse ter sido levado a cabo, independente dos condicionantes políticos, sociais e econômicos a influir no seu desenvolvimento, tendo em vista que sua difusão possui como consequência a supressão do trabalho humano, seja este de tipo predominantemente manual ou intelectual, substituindo a intervenção do homem na manipulação do objeto de trabalho, as matérias-primas, pelo trabalho da máquina ou, no caso das tarefas mais intelectuais, pelos computadores; este mesmo processo deveria – se de fato independesse de um conjunto de fatores de todas as ordens – ter conduzido progressivamente à *redução da jornada de trabalho*.

Entretanto o mundo está à volta, a cerca de três décadas, e mesmo nos países mais desenvolvidos, ou da elevação acentuada da *precarização do trabalho* – que pode ser constatada pela progressiva degradação das condições de emprego; pela elevação da jornada de trabalho, da insalubridade, da exposição a riscos de acidentes; suspensão das garantias trabalhistas; incertezas na manutenção do emprego; rendimentos decrescentes, etc. – ou do *desemprego*,² resultante, em boa medida, do fechamento de postos de

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, e mestrando em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual Paulista, UNESP de Marília, sob a orientação do Prof. Dr. Giovanni Alves – E-mail: klebergt@gmail.com.

² Para 2007, a OIT, em sua publicação *Tendência mundiais do Emprego*, de Janeiro de 2008, constata um desemprego de 189,9 milhões de pessoas, mas com taxa mundial de desemprego mantida estável em 6%.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

trabalhos, não apenas nos setores produtivos, da indústria e da agropecuária, como também no setor denominado terciário da economia – muito em função, neste caso, da informatização de inúmeros serviços que anteriormente dependiam de um contingente expressivo de empregados assalariados. A mecanização da produção material, no campo ou na indústria, e a informatização de procedimentos e rotinas executadas anteriormente pelo cérebro humano, conseqüentemente, exigiam a melhor distribuição do trabalho social restante entre a totalidade da população apta a este – e isto poderia ter sido levado a cabo através da progressiva e controlada redução da duração do trabalho a cada novo salto de produtividade.

Havia de fato uma virtual possibilidade de limitar o trabalho humano a uma fração diminuta do tempo de trabalho social total disponível. O surgimento de um novo e mais vigoroso impulso de automatização da produção, agora potencializado pela microeletrônica, pelos potentes processadores e por novas tecnologias da informação, eliminava continuamente um número sempre mais expressivo de postos de trabalho, o que implicava na possibilidade de se produzir cada vez mais, porém, com cada vez menos horas de trabalho³. Entretanto se algo assim era potencialmente viável, não se

O mais gritante no texto desta publicação da OIT é a revelação de que 1,3 bilhões de pessoas empregadas no mundo, de um total de 3 bilhões, não recebem mais do que 2 dólares diários; portanto, quatro em cada dez destas são consideradas, segundo a OIT, “trabalhadores pobres”. Ainda a mesma publicação afirma que cinco em cada dez pessoas empregadas estavam no que a OIT denomina de “emprego vulnerável”; ou seja, em modalidades, sobretudo, informais de emprego. Mesmo que para a taxa de desemprego possamos verificar uma estabilização, há o agravante de que entre 1997 e 2007 a economia mundial registrou um crescimento de 4,2%, demonstrando que, como a publicação da OIT mesmo afirma, o “progresso econômico não se traduz automaticamente em progresso no mundo do trabalho” (IOL, 2008:41).

³ Se pegarmos o período de 1979 a 1994, observaremos que houve, principalmente nos países mais desenvolvidos, uma tendência a reduzir sensivelmente a jornada de trabalho. Por exemplo, em 1979 ela era de 41.9, 35.7, 41.2, 47.3 horas (trabalhadas ou remuneradas, dependendo do país), respectivamente, para Alemanha Ocidental, EUA, França e Japão (em 1983, de 42.4 no Reino Unido), e passa, em 1994, para 38.3, 34.8, 38.9, 43.5 (no Reino Unido, no mesmo ano, 40.1), conforme tabela apresentada por Sérgio Prieb, em capítulo dedicado à variação da jornada, ao número de trabalhadores e ao volume de trabalho, em seu livro *O Trabalho à Beira do Abismo* (Prieb, 2005:178 tab. 1). Entretanto esta redução vem acompanhada de maiores taxas de desemprego e de elevação da precarização do trabalho, conforme o mesmo autor demonstra, sustentando-se sobre alguns outros dados. Isto pode estar revelando a insuficiência da magnitude da redução da jornada para compensar a queda relativa dos empregos nos setores produtivos e de serviços. É necessário verificar a existência ou não, de novas investigações que constatem em que medida oscilou o número relativo de empregos nos diferentes setores econômicos.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

realizou; pelo contrário, a humanidade está à volta, nos dias atuais, de mais e mais trabalho.

Mais e mais trabalho, contudo, não na sua forma concreta, e em seu sentido preciso de modalidade de práxis humana através da qual a natureza é transformada nos bens necessários à vida⁴. É preciso dizer: trata-se da elevação, como dissemos, do trabalho, porém em sua condição de mero dispêndio de nervos e músculos, ou dito de outra maneira, de força de trabalho em geral, de *trabalho abstrato*⁵. Portanto, o que vemos se expandir nas sociedades atuais não é propriamente dito o *trabalho* que produz meios de subsistência ou de produção, mas sim o *trabalho abstrato assalariado*, que não necessariamente cumpre a função de produzir os bens materiais necessários à vida e à sociedade⁶.

Como explicar o fato de o trabalho abstrato assalariado se expandir mesmo quando o trabalho – entendido no mesmo sentido estrito aludido acima, ou seja, como

⁴ Conforme a definição clássica dada por Marx: “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2001:211). Para uma crítica à concepção marxiana do trabalho, podem-se consultar os capítulos III e IV de *A Condição Humana* de Hanna Arendt (ARENDR, 2000). A autora propõe uma distinção entre, por um lado, *labor*, ligado às necessidades vitais, e, por outro, *trabalho*, “atividade correspondente ao artificialismo da existência humana” (IDEM: 15), pela qual são produzidas “coisas” capazes de “suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários” (IDEM: 150). Distinção esta que Marx teria não percebido, reduzindo o trabalho ao labor, portanto, à luta contra as necessidades. Entretanto, se verificarmos bem, investidas críticas mais contundentes de Arendt contra Marx, dirigem-se à tese marxiana da humanização do homem através do trabalho: à promoção do “*animal laborans* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale*” (IDEM: 96).

⁵ É esta uma das mais importantes categorias forjadas por Marx, e assim definida por ele: “A igualdade completa de diferentes trabalhos privados só pode assentar numa abstração, que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato” (MARX, 2001:95). Na teoria marxiana do valor, é justamente este trabalho abstrato, ao desconsiderar as qualidades distintas entre trabalhos concretos (como o do alfaiate ou do costureiro), e apenas a se ater à sua dimensão quantitativa (horas trabalhadas), que permite a equiparação entre diferentes mercadorias pelo tempo de trabalho social médio.

⁶ Sobre a distinção entre *trabalho* e *trabalho abstrato* em Marx, pode-se consultar o polêmico, mas muito preciso livro de Sérgio Lessa, *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo* (LESSA, 2007).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

forma de efetivar o intercâmbio necessário entre homem e natureza – já não exige diretamente tantos trabalhadores para a produção material? Por que razão a *sociedade do trabalho abstrato*, onde quase a totalidade das práxis humanas, das mais ligadas à reprodução da vida às mais livres e fugazes (como a arte), é passível de exploração mercantil, reluta em atenuar o fardo do trabalho assalariado através da redução da jornada de trabalho, e ao invés disso, opta ou pela criação de numerosos, porém *precários* empregos, ou pelo desemprego pura e simplesmente?

Em fim, e aqui podemos nos situar melhor, a questão posta, na verdade, como centro da investigação a que temos nos dedicado é a de como os problemas colocados pela mecanização da produção, sobretudo com a progressiva diminuição relativa do emprego de trabalho humano, são enfrentados, no plano da reflexão teórica, pelos mais influentes pensadores sociais que se detiveram, em diferentes contextos históricos, sobre as transformações do trabalho. E é encima desta questão que levantamos a hipótese de que este pensamento social teria visto, no processo de mecanização da produção, em virtude, em última análise, do crescimento do desemprego que este acarreta, a consequente e necessária redução da jornada de trabalho.

A pesquisa, já em andamento desde o segundo semestre de 2006, tem por finalidade examinar de que forma este pensamento, representado por seus teóricos mais influentes, Karl Marx, Georges Friedmann, Harry Braverman, e André Gorz, tem lançado luz sobre a processualidade histórica da categoria trabalho, bem como verificar em que medida, cada um destes autores de influentes análises sobre a produção no capitalismo, em contextos geográficos e temporais distintos, encontraram na mecanização da produção, a consequente necessidade de reduzir a jornada de trabalho.

Problematizando os objetivos

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O processo de produção e de trabalho, sua transformação histórica, suas contradições e consequências sócias, das mais perceptíveis às mais veladas, foram sempre objeto de investigação, por excelência, das Ciências Sociais. Desde Karl Marx, em *O Capital*, no final do século XIX, passando por Georges Friedmann, de *Trabalho em Migalhas* e *O Futuro do Trabalho Humano*, e Harry Braverman, com seu *Trabalho e Capital Monopolista*, no meados do século XX, até chegar a André Gorz, com seu polêmico *Adeus ao Proletariado* e *Metamorfoses do Trabalho*, já no limiar do mesmo século, o pensamento social esteve debruçado sobre as “metamorfoses” sofridas pelo trabalho. Esta pesquisa tem se dedicado a investigar, num recorte muito preciso, como o pensamento social voltado ao trabalho enfrentou as questões colocadas pelo contínuo progresso técnico e seus consequentes impactos sociais.

Seria possível afirmar que este pensamento tenha, ao investigar a mecanização da produção e as transformações dos modelos organizacionais (cooperação simples, manufatura, maquinofatura, taylorismo, fordismo, e, recentemente, toyotismo), se convencido da (ou forçosamente reconhecido a) necessidade de reduzir a duração do trabalho, como forma de distribuir de maneira mais equitativa os ganhos de produtividade oriundos do progresso técnico, e por meio desta redução enxugar o crescente contingente de trabalhadores desempregados pela maquinaria na produção material?

Foi Marx quem desenvolveu a reflexão mais completa e rica de implicações teóricas sobre as transformações históricas do processo de produção e de trabalho, cobrindo o período compreendido entre o surgimento e o desenvolvimento das relações e do modo de produção capitalista e o final do século XIX. Sobretudo na Parte IV – “A mais-valia relativa” – de sua obra máxima, *O Capital*, que localizamos a sua mais densa descrição e teorização do processo concreto de produção capitalista. É também aí que encontramos o que poderíamos denominar de a *tríade histórica da produção capitalista*. Marx entende que o processo de trabalho no capitalismo passou por três grandes mudanças, tanto na maneira de organizar o trabalho, quanto nas técnicas empregada;

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

enfim, a tríade composta pela *cooperação simples, a manufatura, e grande indústria (ou maquinofatura)*.

Na cooperação simples, descrita no capítulo XI de *O Capital*, apenas ocorre o que Marx denominou, em um de seus textos publicados postumamente⁷, de *subsunção formal* da produção às relações capitalistas de produção. Isto significa dizer que antigas formas de produzir, agora se subsumem, *sem serem alteradas e apenas formalmente*, ao novo modo de produção. Esta *subsunção* existe, segundo Marx, apenas porque o trabalhador proletário, não possuindo os meios de subsistência e os meios de produzi-los, é obrigado a vender sua força de trabalho⁸ aos proprietários destes meios: os capitalistas.

No caso da manufatura e também da grande indústria, de forma um pouco diversa, o modo de produção capitalista passa não apenas a controlar o trabalho, como também a introduzir grandes modificações no processo de produção, de tal forma que este sofra, agora, de uma incapacidade de se realizar sem capital; temos, neste momento, o desenvolvimento da *subsunção real* do trabalho, em paralelo à *subsunção formal*.

A manufatura (capítulo XII de *O Capital*) caracteriza-se por uma subdivisão do trabalho no interior dos ofícios. Se antes o trabalho de produção de uma dada mercadoria era executado, do início ao fim, pelo artesão dotado de todas as qualificações requeridas para o seu fabrico, agora o processo passa a ser desenvolvido, em suas fases sucessivas, por inúmeros trabalhadores parcelares. O conhecimento integral de um ofício já não é mais necessário, conseqüentemente os custos de reprodução da mão-de-obra são reduzidos. Cresce também a produtividade do trabalho em função da especialização das tarefas; os lucros se elevam extraordinariamente, por

⁷ Trata-se de parte de um imenso manuscrito de Marx (os Grundrisse) publicado como *Capítulo VI (Inédito)* de *O Capital* (MARX, 1978).

⁸ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 2001:197).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

um lado, pela redução dos custos do trabalho, e, por outro, pelo grande aumento da produtividade.

Com a grande indústria (capítulo XIII de *O Capital*) Marx agora destaca, em fim, o processo de mecanização da produção; é quando, então, a revolução das forças produtivas passa a se dar através dos meios de produção e não mais pela forma de se organizar o trabalho – como na cooperação simples e na manufatura. Em fim o capital – expresso no valor dos meios de produção: máquinas, ferramentas, instalações, matérias-primas, etc. – passa a ser fundamental à produção material. A partir deste momento, o trabalho está inteiramente submetido ao funcionamento do modo de produção capitalista.

O processo de mecanização da produção, que Marx nos descreve em *O Capital*, tem um lugar muito especial no seu pensamento. Ele expressa uma das mais fundamentais contradições do modo de produção capitalista que este pode evidenciar: *a tendência a ampliar a produção, com decréscimo relativo de emprego de trabalho vivo, gerando, assim, aumento espantoso na capacidade social de produzir riquezas, sem elevar na mesma proporção o número de trabalhadores requerido*⁹.

Mas se o desenvolvimento das forças produtivas tende a reduzir o número relativo de trabalhadores necessários à produção material, e assim ampliar o número de desempregados, não teria Marx percebido que a forma mais adequada para uma efetiva redistribuição dos benefícios do progresso técnico pelo conjunto da sociedade, seria reduzir a jornada de trabalho?

Ao longo Livro I de *O Capital*, o único publicado e revisto em novas edições em vida por Marx, seria difícil sustentar esta proposição, mesmo porque, este tinha em mente o funcionamento do modo de produção capitalista, que segundo seu pensamento, tende preferencialmente a inflar o exercito industrial de reserva (os desempregados e os que ainda podem ser recrutados para o trabalho industrial), do que a reduzir a penúria do trabalho; eram as contradições do modo de produção capitalistas que estavam no centro

⁹ “O capital tem a tendência a reduzir ao necessário o trabalho vivo diretamente empregado, a encurtar sempre o trabalho requerido para fabricar um produto – explorando as forças produtivas sociais do trabalho –, e, portanto a economizar o mais possível o trabalho vivo diretamente aplicado.”(MARX s/d:97)

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

de sua investigação, e não as formas de superá-las (o que não o impediu de, em algumas passagens, esboçá-las). Contudo, no Livro III, Marx diz:

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidades exteriores impostas; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita...A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (MARX, 1974:941/942).

O segundo pensador social voltado ao estudo do trabalho que colocamos em evidência nesta investigação teórica, Georges Friedmann, é quem de fato propõe, em *O Futuro do Trabalho Humano* e em *O Trabalho em Migalhas*, a leitura de Marx que estamos sugerindo aqui¹⁰.

Entretanto, o processo de mecanização da produção não é o centro das atenções de Friedmann, pelo menos nas obras que inventariamos previamente para a formulação

¹⁰ “Marx, durante longo tempo, pensou que os cidadãos de uma sociedade socialista poderiam se tornar, dentro de e por sua atividade profissional, ‘indivíduos de desenvolvimento integral’... o tema do indivíduo poliespecializado no trabalho, proposto como ‘tipo ideal’, está presente na maioria de suas obras.”

“Contudo, no final de sua vida, no período em que redigiu o tomo III de *O Capital*, (...) ele colocará a ênfase, de maneira completamente diversa, no ‘terreno da liberdade’: Este, sublinhou Marx, ‘começa somente lá onde cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e pela finalidade exteriores’, encontrando-se, por conseguinte, ‘situado para além da esfera da produção material propriamente dita’. Marx percebeu, desde o início da segunda revolução industrial, que nas condições por ela instauradas, a redução da jornada de trabalho e o lazer ativo deveriam adquirir uma importância capital para a salvaguarda e o desenvolvimento do indivíduo. Podemos indagar, em consequência, se ele teria – diante da *necessidade* de uma especialização ao mesmo tempo circunscrita e muito impelida, manifesta em todos os níveis da qualificação e em todas as profissões, inseparáveis do progresso técnico em qualquer estrutura social, diante da crescente penetração na indústria moderna (...) de uma organização científica cada vez mais elaborada –, podemos indagar, repito, se, vivendo um século mais tarde, Marx teria mantido como objetivo final da sociedade comunista, como ‘tipo ideal’, o indivíduo integral e polivalente que atinge *no trabalho e pelo trabalho* um desenvolvimento integral e polivalente, graças a especializações variadas que são ‘formas diferentes e sucessivas de sua atividade’” (FRIEDMANN, 1983:142/143 – grifos de Friedmann).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

desta proposta de pesquisa. O evidente objetivo de sua análise é a construção de uma bem fundada crítica à generalização, aparentemente irracional, da chamada “gerência científica” de Taylor, e da linha de produção de Ford. A fragmentação dos ofícios, a rígida separação entre concepção e execução do trabalho, e a tentativa de reduzi-lo a uma combinação de gestos simples e repetitivos, executados por um coletivo de trabalhadores dispostos numa linha de produção semi-mecanizada, fizeram do taylorismo, na opinião de muitos especialistas, dentre eles também Friedmann, uma forma de organização do trabalho, que quando levada às últimas consequências, torna-se brutalmente adversa aos trabalhadores.

Ao longo das páginas de *O Trabalho em Migalhas*, Friedmann se debruça sobre experiências concretas de revalorização do trabalho: as tentativas de ampliar e de recompor as tarefas fragmentadas pela divisão pormenorizada do trabalho. Não deixou, entretanto, de abordar algumas questões postas pela automação, que a partir de 1946 passava por um novo impulso¹¹. Há, ao longo do texto, algumas considerações sobre o processo de mecanização da produção, representado, sobretudo, pelo avanço de tecnologias que favoreciam a implantação de processos contínuos de produção, de reduzida intervenção humana. Para Friedmann – e aqui estamos sugerindo uma determinada leitura de sua obra – parece claro que tal processo deveria vir a eliminar o trabalho parcelar e repetitivo das fábricas e também dos escritórios, organizados sob o paradigma taylorista do trabalho, bem como abria oportunidades para a redução da duração do trabalho e, conseqüentemente, ampliação do tempo livre. Assim, podemos perceber, nitidamente, que o pensamento de Friedmann oscila entre duas propostas de solução para o aviltamento da personalidade do trabalhador, provocado pela exarcebada

¹¹ “O conceito de automação, ou máquinas programáveis, foi introduzido em meados do século XIX, quando o americano Christopher Spencer inventou o Autômato: um torno mecânico programável que fazia parafusos, porcas e carretos. O impacto da automatização ampliou-se com a concepção dos robots industriais – aparelhos automáticos que executam funções habitualmente atribuídas a seres humanos. Os robots foram utilizados pela primeira vez em quantidades significativas na indústria em 1946, quando o primeiro dispositivo foi inventado para regular automaticamente a maquinaria na engenharia industrial. Não obstante, os robots com maior complexidade datam apenas do desenvolvimento dos micro-processadores – ou seja, basicamente a partir dos anos 70” (GIDDENS, 2004:382/383).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

fragmentação das tarefas: revalorização do trabalho ou ampliação do tempo dedicado às atividades de não-trabalho¹².

É possível, desta forma, propor que Friedmann, ao examinar as transformações e condições de realização do trabalho de seu tempo, sugere que a mecanização da produção, agora numa fase efetivamente automatizante, coloca a possibilidade e a necessidade de reduzir a jornada de trabalho. O que o faz ver na mecanização da produção, a conseqüente ampliação do tempo livre? Que problemas tal processo coloca, segundo sua opinião, para “o futuro do trabalho humano”?

Cerca de uma década depois de *O Trabalho em Migalhas* de Friedmann, Harry Braverman publica *Trabalho e Capital Monopolista* onde desenvolve penetrante análise sobre as mudanças na estrutura ocupacional nos Estados Unidos, provocadas pelo processo de concentração e centralização do capital – marcando assim a transição histórica do capitalismo concorrencial para o monopolista – e pela difusão do taylorismo nos grandes conglomerados industriais surgidos com a monopolização do capital e dos mercados.

Braverman viveu no período de pleno emprego dos anos gloriosos do *Welfare State*; não viu, na mecanização da produção, o problema da supressão do trabalho humano, do desemprego, mas apenas a tendência inerente ao sistema capitalistas de fragmentar e eliminar qualquer necessidade de qualificação do trabalhador de fábrica (*blue collar*) ou de escritório (*white collar*). Mesmo a automação significava, para Braverman, apenas a possibilidade de se ver repetir a degradação de novos e velhos ofícios. A introdução de novas máquinas automáticas criava, num primeiro momento, posto de trabalhos que exigiam uma maior participação e conhecimentos do trabalhador; entretanto, após um período de experiências visando encontrar maneiras de melhor

¹² “Lembremos, pois aqui, de que lado poderiam ser procuradas, em função das realidades econômicas e técnicas, soluções construtivas aos problemas, que prenderam nossa atenção. Elas se situam nitidamente em duas direções: por um lado a revalorização do trabalho, que, para ser completa, deve ser levada a efeito simultaneamente em três planos (intelectual, social, moral); por outro lado a realização da personalidade e seu florescimento nas atividades de não-trabalho” (FRIEDMANN, 1972:221).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

aproveitar as oportunidades de exploração da mão-de-obra ocupada com as novas tecnologias, haveria uma nova fragmentação dos ofícios e, portanto, nova desqualificação do trabalhador.

É curiosa esta tese, porque se de fato estamos falando de automatização, deveríamos ter, não a produção de nova fragmentação ou desqualificação do trabalho, mas sim sua *supressão*. Isto parece escapar a Braverman, para quem a mecanização do trabalho não levava ao desemprego, mas ao constante deslocamento dos trabalhadores para outros ramos da produção que ainda não haviam sido, ou não poderiam ser mecanizados integralmente¹³.

Braverman parece, assim, mais distante de nossa hipótese de que, para o pensamento social voltado ao trabalho, é necessário, em consequência da mecanização da produção, reduzir a jornada de trabalho para evitar a desocupação crescente. Porém, se este *aparentemente* não chega a esta proposição, é possível encontrar as justificativas históricas (o fato, por exemplo, de sua obra ter sido escrita no contexto do pleno emprego) e teóricas para tal. Parece haver em suas reflexões, assim como em outros autores, uma confusão entre *organização do trabalho* de tipo taylorista/fordista, por um lado, e *mecanização da produção* e automatização, por outro.

Sobre esta confusão entre *organização* e *mecanização* do trabalho é Benedito Moraes Neto, em *Marx, Taylor, Ford: o Desenvolvimento das Forças Produtivas em Questão* (Moraes Neto, 1989), quem nos chama a atenção. O autor argumenta que o taylorismo/fordismo não poderia ser confundido com o desenvolvimento do que Marx

¹³ Braverman, em suas observações sobre as transformações ocupacionais verificadas ao longo do desenvolvimento capitalista na sua fase monopolista, afirma: “O próprio êxito da gerência em aumentar a produtividade do trabalho em algumas indústrias leva ao deslocamento do trabalho em outros setores, onde ele se acumula em grandes quantidades devido a que os processos empregados ainda não foram objeto – e em alguns casos não podem ser objeto no mesmo grau – da tendência de mecanização da indústria moderna. O resultado, portanto, *não é a eliminação do trabalho*, mas seu deslocamento a outras ocupações e atividades...” (BRAVERMAN, 1987:151 – grifo nosso). Braverman parece entender que a “tendência de mecanização da grande indústria”, não poderia ter-se constituído num dos maiores dramas sociais da atualidade: o desemprego estrutural. Isto se deve – como veremos um pouco mais à frente – à aparente confusão, em Braverman, entre *organização* e *mecanização* da produção.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

conceituava como “maquinaria”, ou “sistema automático de máquinas”¹⁴ descritos em *O Capital*; mas sim uma intensificação, levada ao limite máximo, da *divisão manufatureira do trabalho*.

Em acréscimo, ainda segundo Moraes Neto, autores como Michel Aglietta, Christian Palloix, Benjamin Coriat e até André Gorz haviam interpretado equivocadamente o conceito de maquinaria de Marx, e feito do taylorismo/fordismo um prolongamento da *maquinofatura*, da grande indústria, descrita em *O Capital*, o que poderia ter ocorrido, de certa forma, também com outros autores. É o que defende Silas Sandoval Filho, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Braverman, Marx e Maquinaria: o alcance da análise do processo de trabalho presente em ‘Trabalho e Capital Monopolista’*” (SANDOVAL FILHO, 2002), a respeito de Braverman. Este não teria compreendido corretamente o significado da “fábrica automática” para a superação da *divisão manufatureira do trabalho*, isto porque o autor estaria refém do engano de considerar taylorismo, com seu exarcebado parcelamento das tarefas (divisão técnica do trabalho), complementado pelo advento da esteira rolante fordista (que, evidentemente, não pode ser confundido com “sistema automático de máquinas”), como prolongamentos da maquinaria descrita por Marx.

Ora, portanto, o que Braverman e outros teóricos chamam de “mecanização” da produção, apenas muito distantemente pode se aproximar de uma real substituição do trabalho humano pelo trabalho da máquina – a não ser que se passe equivocadamente a considerar a esteira rolante fordista um “sistema automático de máquinas”. A real mecanização que estamos interessados aqui, e a qual Marx descreve no capítulo XIII de *O Capital*, é aquela que elimina a necessidade de intervenção humana na manipulação

¹⁴ “Um sistema de máquinas... constitui em si mesmo um grande autômato, sempre que é movido por um primeiro motor que se impulsiona a si mesmo... Quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, *executa sem ajuda humana* todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático, suscetível, entretanto, de contínuos aperfeiçoamentos” (MARX, 2001:437 – grifo nosso). Percebe-se que Marx destaca justamente o caráter de não-intervenção humana no processo de produção, no sistema de máquinas.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do objeto de trabalho, e não a que apenas torna o transporte destes objetos até aos postos de trabalho ocupado por operários mais fluido, como no caso da esteira rolante fordista.

A mesma aparente confusão pode ser imputada, conforme também argumentou Moraes Neto, ao nosso quarto e último pensador social, André Gorz. Entretanto tal confusão – que parece de fato existir em alguns momentos determinados da produção teórica de Gorz – deve ser relativizada. Sua obra teve pelo menos três momentos bastante distintos (Cf. PRIEB, 2005): um primeiro de profundo engajamento à teoria marxista; posteriormente uma primeira tentativa de ruptura com esta teoria, através da temática ecológica; e, por fim, seu declarado rompimento com o marxismo a partir de *Adeus ao Proletariado*. Sendo assim, é preciso sempre contextualizar seu pensamento no interior do conjunto das fases distintas de sua produção teórica.

No período propriamente dito “marxista” de seu pensamento há uma profunda crítica à divisão hierárquica do trabalho engendrada pelo modo de produção capitalista, e, sobretudo aí podemos verificar certa ambiguidade de Gorz na compreensão do que seja, por um lado, a organização e, por outro, a mecanização da produção, da mesma forma como ocorre com Braverman. Entretanto em *Adeus ao Proletariado* e *Metamorfoses do Trabalho*, tal ambiguidade parece se dissipar. Isto porque, agora, resolutamente este reconhece, na automatização, duas tendências possíveis para o futuro das sociedades industriais: ou se mantém seu processo de desenvolvimento com descaso aos trabalhadores desocupados pela máquina, conduzindo-nos à *sociedade do desemprego*; ou reduz-se a jornada do trabalho e aumenta-se o tempo livre, criando-se, então, a *sociedade liberada*¹⁵. Ao contrário de Braverman, para Gorz a partir de *Adeus*

¹⁵ “Keynes morreu e com ele as políticas do ‘pleno emprego’. A questão que se coloca agora é: a terceira revolução industrial irá levar à sociedade do desemprego ou à sociedade do tempo liberado? Vai liberar os homens dos trabalhos mutilantes ou mutilá-los ainda mais, reduzindo-os à inatividade forçada? Levará ela a uma nova idade de ouro em que trabalharemos cada vez menos, dispondo de uma massa crescente de riquezas, ou condenará uns ao desemprego e outros à hiperprodutividade?” (GORZ, 1982:161/162). Mesmo na década de 1990 estas duas possibilidades, sociedade do tempo livre ou do desemprego, são continuamente destacadas pelo pensamento social. Veja-se, por exemplo, *O Fim dos Empregos* de Jeremy Rifkin: “Estamos sendo arrebatados por uma nova e poderosa revolução tecnológica que promete grandes transformações sociais, como jamais se viu antes na história. A nova revolução da alta tecnologia poderia

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ao *Proletariado*, a automatização não conduz tão somente à tendência de precarização do trabalho, mas sim também à sua *supressão*.

Gorz passa a argumentar que, com a Terceira Revolução Industrial, o trabalho humano, como fonte de produção de riquezas, encontrou seu limite absoluto¹⁶. As antigas utopias fundadas na revalorização do trabalho, na autogestão dos produtores livremente associados, e na emancipada *no e pelo* trabalho perderam o seu sentido quando o desenvolvimento das forças produtivas tornou o trabalho secundário em relação à imensa elevação da produtividade proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico.

Assim, com a breve exposição que fizemos do pensamento social de Marx, Friedmann, Braverman e Gorz, é possível argumentar, talvez até mesmo para Braverman, em favor da hipótese que propomos tomar como o “fio condutor” de nossa investigação: a mecanização da produção, ao suprimir progressivamente o trabalho humano e, conseqüentemente, gerar elevação do desemprego, coloca, para o pensamento social, a necessidade de reduzir a jornada de trabalho.

Não há dúvidas que o desemprego é um dos maiores desafios de nosso século. Sabemos atualmente que, mesmo com crescimento econômico, pode não haver aumento proporcional dos empregos. Mesmo que não se possa, com razão, dizer que isto se dê exclusivamente em função do desenvolvimento tecnológico, pois há também, no período da chamada “reestruturação produtiva”, na verdade, desemprego gerado por novas formas de organizar o trabalho, pela terceirização, por um novo impulso de

significar menos horas de trabalho e maiores benefícios para milhões. Pela primeira vez na história moderna, grandes quantidades de seres humanos poderiam ser libertados de longas horas de trabalho no mercado de trabalho formal e serem livres para se dedicarem a atividades de lazer. Entretanto, as mesmas forças tecnológicas poderiam levar facilmente ao crescente desemprego e a uma depressão global” (RIFKIN, 1995:14)

¹⁶ “Uma época chega a seu término [texto é de 1978]: a época em que o trabalho humano era fonte de toda riqueza. Há vinte e cinco anos em gestação, começou a terceira revolução industrial. Ela promete – ou ameaça, segundo o ponto de vista que se adote – estender-se a domínios (principalmente o ensino, a medicina) que a industrialização ainda não havia tocado até agora. Rompe o laço entre crescimento da produção e crescimento do emprego. Põe em maus lençóis um dos dogmas da economia política keynesiana, a saber: que a retomada do investimento reduzirá o desemprego” (GORZ, 1982:161).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

racionalização da produção (que “enxugou” as acentuadas burocracias no interior das empresas), pela transferência de plantas produtivas para regiões mais favoráveis à acumulação de capital (de mão-de-obra barata; regulamentações tributárias, trabalhistas e ambientais mais frouxas), etc.; não há, entretanto, como negar o evidente peso deste, e das consequências sociais, e mesmo das que ainda podem estar por vir nas próximas décadas, caso um novo surto de aplicação de tecnologias poupadoras de trabalho vier a se efetivar – o que vai depender, sobretudo, da relação entre custos de mão-de-obra e do maquinário, assim como das necessidades técnicas inerentes à produção¹⁷. Pode a redução da jornada de trabalho ser uma solução para o problema do desemprego? O que nos podem sugerir os principais teóricos do trabalho a respeito das possibilidades e limites para o desenvolvimento das forças produtivas e para a redução da duração do trabalho?

Todas estas questões postas nas últimas décadas pelas transformações do processo de produção e de trabalho – associadas à automatização da produção, à informatização, ao toyotismo, à acumulação flexível¹⁸, etc. – e as consequências sociais desencadeadas por elas (desemprego e precarização), já haviam, de certa maneira, sido levantadas e até mesmo teorizadas pelo pensamento social representado pelos quatro autores que destacamos. O que se propõe neste momento é justamente inquiri-lo, contudo, concentrando a atenção nas temáticas da mecanização da produção, da supressão do trabalho humano, do desemprego, e da redução da jornada de trabalho, a fim de compreender como estas mesmas questões foram postas e enfrentadas no

¹⁷ Marx, por exemplo, destaca em *O Capital* o fato de a superpopulação relativa retardar o processo de mecanização da produção: “Ela [a superpopulação relativa] permite que em muitos ramos de produção perdesse mais ou menos incompleta a subordinação do trabalho ao capital, e por mais tempo do que seria à primeira vista de esperar da situação geral de desenvolvimento; isto acontece por baratarem e se tornarem abundantes os trabalhadores desempregados ou liberados, e por vários ramos de produção operarem, de acordo com sua natureza, maior resistência à transformação do trabalho manual em trabalho mecânico”(MARX, s/d:271)

¹⁸ Referência interessante, sempre lembrada, para compreender a chamada “acumulação flexível” tem sido o livro de David Harvey, *A Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 1992). Sobre o toyotismo consultar, por exemplo, o muito citado livro de Thomas Gounet, *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel* (GOUNET: 1999).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

passado, e como elas podem ser projetadas para o presente. O intuito é, desta forma, verificar em que medida as respostas dadas, quando de fato houver, contribuem para refletir, no plano do pensamento e o mais adequadamente possível, a realidade concreta de nossos dias, permitindo ainda, se isto for possível, traçar algumas tendências futuras, e propostas de intervenção prática.

Metodologia e Resultados

Está claro que a investigação proposta – em função de sua especificidade, pois não se trata de uma investigação prático-empírica, mas sim teórica – tem por objeto particular os textos produzidos e legados pelos quatro teóricos do trabalho, aqui postos em evidência. Dado que o estatuto de cientificidade de uma investigação possa ser estabelecido a partir da adequação do método ao seu objeto de estudo, nos pareceu ser mais correto, para a inquirição crítica deste pensamento social, a utilização daquele procedimento de leitura, a que Sérgio Lessa refere-se como *leitura imanente*:

A abordagem imanente é o procedimento pelo qual o próprio texto se converte em ‘caso’ e, dentro de limites e parâmetros que sempre devem ser explicitados, pode ser palco de experiências e campo de provas de conceitos e das suas inter-relações lógico-teóricas (LESSA, 2007:16).

Fica claro, assim, que o pressuposto metodológico tomado, é do “primado do objeto” sobre a subjetividade do investigador, na produção do conhecimento. Os textos devem falar por si mesmo. Num esforço de autocontrole, afastamento, disciplina e respeito ao conteúdo autêntico de um determinado texto, busca-se a construção de uma teorização para além de seu conteúdo dado, sem com isto corrompê-lo na busca quase desesperada por comprovação das hipóteses levantadas.

Tem sido está a nossa maior preocupação durante as leituras desenvolvidas até este momento. O trabalho realizado, até então, tem se dedicado à produção de longos e minuciosos fichamentos, e de diversificados ensaios de interpretação, a fim de se aproximar de um quase esgotamento dos textos analisados. Os resultados obtidos ou, o

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

que poderíamos dizer, o grau de compreensão alcançado do real conteúdo das obras consultadas¹⁹, ainda não são suficientes para por em dúvida ou comprovar a hipótese levantada, ou mesmo para oferecerem respostas satisfatórias às questões postas. Entretanto, pode-se dizer que o volume de informações levantadas sobre os textos, os ensaios de interpretação e as reflexões produzidas concomitantemente às leituras realizadas, já são suficientes para programar para o final do ano, a apresentação de um primeiro esboço daqueles que serão os principais capítulos da dissertação.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

_____. **Metamorfoses do trabalho: busca do sentido, crítica da razão econômica**. São Paulo: Ed. Annablume, 2003. 1. ed.

_____. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996. 3. ed.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

¹⁹ Os textos de Karl Marx até agora examinados são: Livro I e III de *O Capital*, Capítulo VI (*Inédito*), e *A Ideologia Alemã*; os de Georges Friedmann: *Trabalho em Migalhas* e *O Futuro do Trabalho Humano*; de Harry Braverman temos apenas *Trabalho e Capital Monopolista*, mas pode-se acrescentar o livro de Paul Baran e Paul Sweezy, *O Capital Monopolista*; para Gorz tomou-se as obras: *Adeus ao Proletariado*, *Metamorfoses do Trabalho*, e textos seus, contidos em *Crítica da Divisão do Trabalho*.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**: especialização e lazeres. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

_____. **O futuro do trabalho humano**. São Paulo: Ed. Moraes, 1968.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. I.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

_____. **A ideologia alemã**: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialistas e idealistas. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo**: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí-RS: Unijuí, 2005.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1996.

SANDOVAL FILHO, Silas. “Braverman, Divisão do Trabalho e Maquinismo: o alcance da análise do processo de trabalho em ‘Trabalho e Capital Monopolista’”; **Dissertação (mestrado)** – Universidade Estadual de Campinas, Orientador: Josué Pereira dos Santos, Campinas, 2002.

SWEEZY, Paul; BARAN, Paul. **O capital monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.